

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional

Aryane Helena Oliveira de Freitas

VIVÊNCIAS DE ESTUDANTES TRANS E TRAVESTIS NO ENSINO SUPERIOR:
análise temática de uma roda de conversa no projeto transodonto da UFMG

Belo Horizonte
2025

Aryane Helena Oliveira de Freitas

VIVÊNCIAS DE ESTUDANTES TRANS E TRAVESTITIS NO ENSINO SUPERIOR:

análise temática de uma roda de conversa no projeto transodonto da UFMG

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Fisioterapia da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Fisioterapia da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Fisioterapia.

Orientadora: Profa. Andreia Maria Araújo Drummond

Coorientadora: Profa. Daniela Virgínia Vaz

Coorientadora: Profa. Fabiane Ribeiro Ferreira

Belo Horizonte

2025

A todas que não estão mais aqui.

AGRADECIMENTOS

A Dayane, a Espaguete, a Hiago e a Paulo eu agradeço por toda a paciência e ajuda que tiveram comigo, por terem me acompanhado nessa trajetória sinuosa, por terem visto meu crescimento enquanto pessoa. Quando eu mais precisei, essas pessoas estavam ao meu lado, sempre me lembrando de quem eu era e de quem eu posso confiar. Se hoje estou aqui foi por causa dessas minhas amizades. Elas sabem toda violência que eu vivo diariamente, sabem de toda tortura psicológica que enfrento, e mesmo assim nunca soltaram minha mão. A essas pessoas eu tenho muita gratidão, pois sem elas eu não sei onde eu estaria.

A minha família eu agradeço em específico minha mãe, que me deu energia e foco durante todo meu curso. Agradeço meu pai também por todo tempo despendido me buscando e me acalmando.

Agradeço aos participantes da pesquisa, que se dispuseram a participar e contribuir para meu trabalho final.

E por fim, agradeço a Coletiva Cintura Fina, que me proporcionou experiências maravilhosas e permitiu eu construir amizades que levarei para a vida.

“O ‘impensável’ está assim plenamente dentro da cultura, mas é plenamente excluído da cultura dominante” (Butler, 2022, p.139)

RESUMO

O debate sobre o acesso, a permanência e a vivência da comunidade trans e travesti no Ensino Superior tem ganhado relevância. Este estudo surge da inquietação sobre as experiências vividas por essa população na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com o objetivo de investigar os facilitadores e as barreiras presentes em seus percursos acadêmicos. Foi realizada uma roda de conversa com seis estudantes da instituição, sendo duas travestis, duas pessoas não-binárias, uma mulher trans e um transmasculino, durante uma atividade educativa realizada no Projeto de Extensão “*TRANSODONTO: saúde bucal também é direito!*”, da Faculdade de Odontologia da UFMG (FAO UFMG). As pessoas convidadas fazem parte da Coletiva Cintura Fina, sendo essa uma coletiva de pessoas TTNB+ (trans, travesti, não-binária e mais) da UFMG, com mais de 130 membros. Foram identificados cinco grandes temas durante a conversa, que foram: a) acesso, permanência e relação com a universidade; b) identidade, autoafirmação, saúde mental e segurança; c) respeito e inclusão no ambiente acadêmico; d) coletividade e luta política; e e) desafios fora da universidade. Alguns dos participantes já se reconheciam como dissidentes de gênero antes de ingressarem no Ensino Superior, enquanto outros vivenciaram sua transição durante o curso. A maioria relatou episódios de transfobia ao longo de sua trajetória acadêmica, praticados por docentes, colegas e técnicos-administrativos em educação. O uso do nome social foi apontado como essencial para o ingresso e permanência no Ensino Superior, enquanto o receio de terem seu nome morto exposto constituía uma barreira significativa. Apesar da Resolução N° 09/2015, que garante o uso do nome social na UFMG, ainda foram relatadas dificuldades como a presença do nome civil em listas de chamada. Os conhecimentos TTNB+ estão ausentes dos currículos da Universidade, estando presentes geralmente em algumas disciplinas da Formação Transversal, o que contribui para a sensação de exclusão. A baixa representatividade de pessoas trans e travestis nas salas de aula reforça esse sentimento de não pertencimento. Em contrapartida, a Coletiva Cintura Fina, voltada para a população TTNB+, se mostrou um importante mecanismo de apoio, oferecendo um espaço seguro de convivência e (r)existência. O debate sobre cotas e políticas de permanência também foi presente, sendo um dos focos principais da Coletiva e evidenciando a necessidade de ampliar essas discussões. Em conclusão, este estudo revelou que, apesar de avanços como o uso do nome social, barreiras significativas ainda persistem, incluindo a falta de representatividade nos currículos e nas salas de aula. A criação de espaços como a Coletiva Cintura Fina é essencial para fomentar ambientes seguros e inclusivos. Por fim, o aprofundamento das discussões sobre políticas de permanência e cotas é fundamental para a promoção de uma vivência acadêmica mais equitativa para essa população.

Palavras-chave: travesti; trans; transgeraridade; transexualidade; ensino superior; universidade.

ABSTRACT

The debate on access, permanence and experience of the trans and transvestite community in Higher Education has gained relevance. This study arises from the concern about the experiences lived by this population at the Federal University of Minas Gerais (UFMG), with the objective of investigating the facilitators and barriers present in their academic paths. A discussion group was held with six students from the institution, two transvestites, two non-binary people, one trans woman and one transmasculine, during an educational activity carried out in the Extension Project “TRANSODONTO: oral health is also a right!”, of the Faculdade de Odontologia of UFMG (FAO UFMG). The people invited are part of Coletiva Cintura Fina, a collective of TTNB+ people (trans, transvestite, non-binary and more) from UFMG, with more than 130 members. Five major themes were identified during the conversation, which were: a) access, permanence and relationship with the university; b) identity, self-affirmation, mental health and safety; c) respect and inclusion in the academic environment; d) collectivity and political struggle; and e) challenges outside the university. Some of the participants already recognized themselves as gender dissidents before entering higher education, while others experienced their transition during the course. Most reported episodes of transphobia throughout their academic career, practiced by teachers, colleagues and technical-administrative staff in education. The use of the social name was indicated as essential for entering and remaining in higher education, while the fear of having their dead name exposed constituted a significant barrier. Despite Resolution No. 09/2015, which guarantees the use of the social name at UFMG, difficulties were still reported, such as the presence of the civil name on roll calls. TTNB+ knowledge is absent from the university's curricula, being generally present in some disciplines of the Cross-Curriculum Training, which contributes to the feeling of exclusion. The low representation of trans and transvestite people in classrooms reinforces this feeling of not belonging. On the other hand, Coletiva Cintura Fina, aimed at the TTNB+ population, has proven to be an important support mechanism, offering a safe space for coexistence and (r)existence. The debate on quotas and retention policies was also present, being one of the main focuses of the Collective and highlighting the need to expand these discussions. In conclusion, this study revealed that, despite advances such as the use of social names, significant barriers still persist, including the lack of representation in curricula and classrooms. The creation of spaces such as Coletiva Cintura Fina is essential to foster safe and inclusive environments. Finally, deepening discussions on retention policies and quotas is fundamental to promoting a more equitable academic experience for this population.

Keywords: transvestite; trans; transgender; transsexuality; higher education; university.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1. Informações gerais sobre os participantes da roda de conversa _____ 20

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FAO UFMG	Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Minas Gerais
LGBTQIAPN+	Lésbica, Gay, Bissexuai, Travesti, transexuai, transgênero, Queer, Intersexo, Agênero, Assexual, Pansexual, Não-binárie
TTNB+	Travestis, Trans, Não-bináries
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 METODOLOGIA	16
2.1 Critérios de inclusão	16
2.2 Critérios de exclusão	17
2.3 Metodologia de análise dos dados	17
2.4 Projeto TRANSODONTO	18
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO	19
3.1 Acesso, Permanência e Relação com a Universidade	21
3.2 Identidade, Autoafirmação, Saúde Mental e Segurança	22
3.3 Respeito e Inclusão no Ambiente Acadêmico	23
3.4 Coletividade e Luta Política	24
3.5 Desafios Fora da Universidade: Mercado de Trabalho e Sociedade	25
4 CONCLUSÃO	26
REFERÊNCIAS	28

1 INTRODUÇÃO

A identidade de gênero refere-se à vivência subjetiva e ao sentimento de pertencimento a determinado gênero, independentemente do sexo atribuído ao nascimento. Essa identificação pode ou não envolver modificações corporais, expressões performativas ou uso de vestimentas específicas (Jesus, 2012; Melo; Sobreira, 2023). Butler (2022) comprehende como transgênero "às pessoas que se identificam ou vivem, de maneira cruzada, como outro gênero, que podem ou não ter passado por tratamentos hormonais ou cirurgias de redesignação sexual" (p. 19).

A compreensão das identidades trans e travesti exige atenção às dimensões sociais, culturais e políticas que as constituem. O termo "trans" funciona como um guarda-chuva que abrange todas as pessoas cuja identidade de gênero diverge do sexo atribuído ao nascer, incluindo mulheres trans, homens trans e pessoas não binárias. Já a identidade travesti, embora muitas vezes incluída nesse grupo, possui especificidades históricas e culturais próprias, sobretudo no contexto latino-americano. As travestis constroem uma identidade de gênero feminina ou feminizada, sem necessariamente se reconhecerem como mulheres, resistindo às normas cisgêneras e binárias de gênero (Jesus, 2012; Bento, 2017). Stryker (2008) destaca que a identidade trans deve ser compreendida não apenas como uma categoria médica ou individual, mas como uma posição política e histórica de resistência frente às normas de gênero que regulam os corpos e os modos de existência.

O ingresso e a permanência de pessoas trans, travestis e não-bináries (TTNB+) no Ensino Superior ainda enfrentam desafios significativos relacionados à inclusão, ao respeito às identidades dissidentes e ao enfrentamento das múltiplas formas de preconceito (Santos; Cerqueira-Santos, 2021). Essas exclusões, em muitos casos, têm início no ambiente familiar, onde, por falta de compreensão e suporte, vínculos afetivos são fragilizados ou rompidos (Scote, 2017). O preconceito, como destaca Machado (2021), "dita a orientação de pensamentos e ações" (p. 16), podendo gerar impactos profundos e, por vezes, irreversíveis na trajetória dessas pessoas.

Segundo Pereira e Andrade (2020), a "verdade" socialmente construída sobre masculinidades e feminilidades é frequentemente questionada pela comunidade trans e travesti, que enfrenta retaliações e exclusão de espaços sociais como a escola e a universidade. O ambiente acadêmico, muitas vezes percebido como espaço de liberdade e diversidade, revela-se hostil e excludente para as chamadas minorias (Silva, 2023). Enquanto não forem implementadas políticas públicas eficazes voltadas à inclusão e respeito à população TTNB+, os casos de evasão e subalternização dessa comunidade tendem a persistir (Goulart; Nardi,

2022). Nesse contexto, estudos como os de Siqueira *et al.* (2022) reforçam a relação entre transfobia institucional, sofrimento psíquico e trancamentos de cursos superiores por pessoas trans e travestis.

As exclusões vividas por essa população se intensificam no ambiente escolar, revelando um cenário de violência constante, marcado por discriminação e preconceito em múltiplas formas, desde ações sutis até agressões explícitas. O relato de E. Luciana, apresentado por Peres (2009), evidencia de forma contundente como a violência de gênero se institucionaliza nas escolas:

Da escola, eu lembro das torturas. Torturas que estavam presentes nos olhares e nos risos que iam desde a servente e a merendeira, passando pelos professores e a diretora, até os colegas de sala e de recreio. Mas o pior mesmo era um guri da minha idade que me perseguia o tempo todo, que me falava grosserias: "Seu veado, vê se cria jeito de homem, seu safado, quando a gente te pegar você vai ver só, você vai aprender a virar homem, vai aprender a parar de ficar com essa mãozinha se quebrando". Quando eu via aquele guri, eu entrava em pânico e pensava: Meu Deus, lá vem aquele Hitler de novo! Enquanto ficava nas ameaças eu aguentava, mas o pior foi quando, ao sair da escola, eu levei uma chuva de pedradas que me machucaram muito e tive que fazer vários curativos. Mesmo assim, eu ainda aguentei muito até terminar a oitava série. Depois disso, nunca mais quis saber de escola. (Peres, 2009, p. 252, E. Luciana *apud* Cruz; Santos, 2016, p.121).

Esse depoimento revela o medo e a dor constantes enfrentados pela estudante, transformando a escola em um espaço de opressão e exclusão. A violência não se restringe aos colegas, mas também envolve membros da própria instituição, demonstrando uma cultura de intolerância e silenciamento da diversidade. O caso ilustra a urgente necessidade de implementação de políticas inclusivas, formação continuada de profissionais da educação e criação de ambientes escolares seguros e acolhedores (Almeida, 2023; Sartori, 2022).

No Brasil, as universidades foram historicamente constituídas como espaços elitizados, o que contribui para a reprodução de desigualdades sociais no acesso e permanência no Ensino Superior (Dimenstein, 2018). Embora exista a percepção de que a universidade seja um espaço plural, a autora observa: "Nesses tempos de controle sobre corpos e vidas, de subjetividades homogeneizadas, observa-se mecanismos cotidianos de produção de uma universidade asséptica, que 'conhece' e 'controla' aquilo que é perigoso, patológico, profano, sujo ou até mesmo exótico" (Dimenstein, 2018, p. 191). A produção de uma universidade que busca higienizar corpos e subjetividades está diretamente relacionada ao que Foucault (2024) denomina de dispositivos de normalização. Tais mecanismos operam por meio do saber-poder, regulando os corpos dissidentes e controlando suas formas de existir nos espaços institucionais.

As experiências universitárias da população TTNB+ são atravessadas por práticas de resistência e busca por reconhecimento, mas também por exclusão, silenciamento e

marginalização, frequentemente associadas a formas de violência material (Scote, 2017). Como aponta Bento (2017), a transfobia institucional não se manifesta apenas por meio de atos explícitos de violência, mas também pela exclusão dos conhecimentos trans e travestis dos espaços de produção e validação do saber. A ausência de autores/as trans no currículo universitário é um reflexo direto dessa lógica, reforçando uma estrutura pedagógica que invisibiliza e marginaliza corpos e narrativas dissidentes.

Estudos como os de Bueno e Borges (2023) e Vaz e Vaz (2020) apontam que o acesso da população trans à universidade não se limita à abertura de vagas, mas exige o reconhecimento da presença dessas pessoas como sujeito de direito e produtoras de saberes. A produção de espaços de acolhimento, como o NeTrans da UFSC, e a formulação de políticas institucionais de permanência são fundamentais para romper com a lógica de exceção e marginalidade (Vaz; Vaz, 2020). No âmbito internacional, Bennett *et al.* (2019) discutem o "direito ao espaço" de pessoas transgênero, não binárias e agênero no Ensino Superior, destacando a necessidade de transformações estruturais para a construção de ambientes universitários mais habitáveis e plurais.

Nesse contexto, torna-se fundamental reconhecer as especificidades da população TTNB+, abordando desafios cotidianos como o respeito à identidade de gênero, o acesso a direitos e a promoção de uma formação profissional que valorize a pluralidade de saberes e existências. Assim, esta pesquisa tem como objetivo investigar os desafios enfrentados por pessoas trans e travestis no Ensino Superior, identificando práticas institucionais que contribuem para sua inclusão ou exclusão. Busca-se, com isso, elaborar recomendações concretas para políticas públicas e ações institucionais que promovam o respeito à diversidade de gênero, contribuindo para ambientes acadêmicos mais seguros, equitativos e representativos.

Assim sendo, a finalidade do estudo é analisar os desafios enfrentados por pessoas trans e travestis no Ensino Superior, com ênfase na identificação de barreiras institucionais e simbólicas, bem como nas estratégias e práticas de acolhimento que contribuem para sua permanência, inclusão e reconhecimento no ambiente acadêmico. Além disso, este estudo buscará destacar a importância de políticas inclusivas e práticas pedagógicas que promovam um ambiente mais acolhedor e respeitoso, contribuindo assim para a formação de uma comunidade acadêmica mais diversa e equitativa. Propor recomendações que contribuam para o fortalecimento de políticas institucionais e práticas pedagógicas inclusivas voltadas à população trans e travesti no Ensino Superior.

2 METODOLOGIA

Este estudo propõe descrever e analisar as vivências de pessoas trans e travestis no Ensino Superior, com base em uma roda de conversa realizada como atividade educativa no âmbito do Projeto de Extensão “*TRANSODONTO: saúde bucal também é direito!*”, vinculado à Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Minas Gerais (FAO UFMG). Participaram da atividade cinco estudantes trans e/ou travestis vinculados à UFMG e integrantes da Coletiva Cintura Fina, além de duas mediadoras e vinte e quatro estudantes de graduação em Odontologia que compõem a equipe do projeto.

A roda de conversa teve como objetivo proporcionar um espaço seguro de escuta e diálogo, possibilitando o compartilhamento de experiências acadêmicas por parte de pessoas trans e travestis, ao mesmo tempo em que promovia sensibilização entre estudantes da área da saúde. A atividade foi previamente autorizada pelos participantes e registrada em áudio e vídeo com finalidade educativa.

Trata-se de uma pesquisa aplicada, de abordagem qualitativa e caráter retrospectivo, que utilizou a roda de conversa como instrumento metodológico análogo à técnica de grupo focal. A atividade foi realizada no período noturno, em sala de aula da Faculdade de Odontologia da UFMG. Os convites foram enviados por meio de mensagem no grupo de WhatsApp da Coletiva Cintura Fina - coletivo formado por estudantes TTNB+ da UFMG. O nome da Coletiva homenageia a travesti cearense Cintura Fina, figura histórica que viveu em Belo Horizonte na década de 1950.

O conteúdo gravado foi integralmente transscrito e submetido à análise qualitativa por meio da Análise Temática. A abordagem buscou identificar, nos discursos compartilhados, sentidos relacionados à identidade de gênero dissidente, às relações com a universidade e aos desafios e estratégias de permanência acadêmica.

Um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi disponibilizado em formato digital para os participantes, por meio de um formulário eletrônico hospedado na plataforma Google Forms (<https://forms.gle/2Kz1fMM48eu5FjTLA>). O link de acesso foi enviado diretamente via WhatsApp e o consentimento foi registrado mediante a seleção de uma caixa de aceite, acompanhada do preenchimento obrigatório do nome completo e da data. Essa estratégia foi adotada com o objetivo de garantir praticidade e efetividade na obtenção dos consentimentos para análise do áudio e vídeo registrados na roda de conversa, especialmente por se tratar de uma atividade já concluída.

2.1 Critérios de inclusão:

Foram incluídas na pesquisa pessoas autodeclaradas trans, travestis, não-bináries e outras identidades dissidentes de gênero (TTNB+), regularmente matriculadas em cursos de graduação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e integrantes da Coletiva Cintura Fina. Não foram aplicadas restrições quanto à idade, curso, raça/cor ou etnia.

2.2 Critérios de exclusão:

Foram excluídas da pesquisa pessoas TTNB+ que não estejam regularmente matriculadas em cursos de graduação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), incluindo egressos, estudantes de pós-graduação e indivíduos que não possuam vínculo acadêmico ativo com a instituição no nível da graduação.

2.3 Metodologia de análise dos dados:

A análise dos dados foi conduzida com base na abordagem da Análise de Conteúdo, por se tratar de um método apropriado para identificar, examinar e comunicar padrões (temas) presentes em narrativas. Essa técnica é particularmente relevante em estudos qualitativos que se debruçam sobre significados, percepções e experiências subjetivas, como é o caso das vivências de pessoas trans no contexto universitário. Esse processo visa transformar os dados brutos (falas das entrevistadas, no caso) em categorias significativas, permitindo a construção de uma compreensão crítica sobre os fenômenos estudados.

A Análise de Conteúdo emerge como uma ferramenta metodológica poderosa para decodificar mensagens e compreender os contextos de produção, recepção e circulação de significados. Como afirma Bardin (1977, p. 42), trata-se de:

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Ao aplicar essa técnica, é possível desvendar nuances e padrões subjacentes em comunicações diversas, tornando-a especialmente valiosa em pesquisas qualitativas que buscam explorar experiências subjetivas, percepções e significados profundos. No estudo, tal perspectiva mostra-se pertinente para compreender como pessoas trans constroem e expressam

suas experiências no ambiente universitário, permitindo acessar as dimensões simbólicas e estruturais que atravessam suas vivências.

A análise de conteúdo foi enriquecida por diversos autores que expandiram suas aplicações e abordagens. Mayring (2000) destaca, combinando processos indutivos e dedutivos, a importância de regras claras e de valorização do contexto comunicativo das falas, enquanto Krippendorff (1980) enfatiza a confiabilidade e replicabilidade dos dados. No Brasil, Minayo (1994) adaptou essa metodologia para pesquisas em saúde e ciências sociais, focando na interpretação de categorias emergentes a partir das falas dos sujeitos. Já Spink (2004) traz uma perspectiva discursiva e psicossocial, ressaltando a linguagem como prática social e produtora de sentidos cotidianos, relevante para estudos sobre identidade e experiências subjetivas. Essas contribuições diversificam e aprofundam a análise de conteúdo.

Em estudos que envolvem gênero e diversidade, é importante considerar uma abordagem crítica e interseccional. Assim, a análise de conteúdo pode ser aliada a uma leitura inspirada nos estudos de gênero, especialmente nos aportes de Judith Butler (2003), para quem as identidades são performáticas e construídas discursivamente. A análise das falas, então, não apenas revela vivências, mas evidencia os mecanismos de exclusão, normatização e resistência presentes nas trajetórias universitárias de pessoas trans e travestis.

As transcrições da roda de conversa, realizada previamente no âmbito do projeto de extensão, serão submetidas a uma leitura flutuante inicial, com o intuito de identificar os sentidos mais recorrentes. Em seguida, será realizada a codificação e o agrupamento das unidades discursivas em eixos temáticos emergentes, tais como: uso do nome social, vivências no currículo, violências simbólicas, pertencimento, apagamento institucional e espaços de resistência.

Essa estratégia permitirá evidenciar como os sujeitos constroem sentidos sobre suas experiências universitárias, revelando as tensões entre exclusão e permanência, os mecanismos de marginalização e as formas de enfrentamento e agência presentes em suas trajetórias. A análise será situada em um arcabouço teórico crítico, comprometido com a desconstrução de normatividades e a valorização de saberes produzidos por corpos dissidentes.

Dessa forma, a metodologia adotada não se limita à descrição das experiências relatadas, mas busca compreender como os temas produzidos na roda de conversa atravessam corpos, identidades e instituições, contribuindo para a formulação de propostas que visem transformar o ambiente universitário em um espaço mais justo, inclusivo e plural.

2.4 Projeto TRANSODONTO:

O projeto TRANSODONTO tem como objetivo oferecer atendimento odontológico de qualidade às demandas específicas de saúde bucal de pessoas travestis, transexuais e não-binárias, reafirmando a saúde como um direito fundamental garantido por lei. Criado em 2019, o projeto permanece ativo e já atendeu cerca de 100 pessoas. Além do papel fundamental na Extensão universitária, o TRANSODONTO também atua de forma significativa nos campos do Ensino e da Pesquisa, em consonância com o artigo 207 da Constituição Federal de 1988, que estabelece o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão nas universidades.

Os estudantes vinculados ao projeto são responsáveis pelo atendimento à comunidade TTNB+ durante um semestre letivo. Com o intuito de promover um contato mais aprofundado e humanizado com essa população, foi proposta a realização de um evento de caráter educativo, voltado aos participantes do TRANSODONTO. A iniciativa visa proporcionar aos alunos uma maior familiaridade com as vivências e especificidades da comunidade trans e travesti, superando a limitação das edições anteriores, em que o primeiro contato ocorria apenas durante a prática clínica. Por meio da roda de conversa, espera-se que os estudantes desenvolvam maior sensibilidade, conhecimento e preparo para um atendimento mais respeitoso e acolhedor.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo envolveu a participação de cinco estudantes da Universidade Federal de Minas Gerais (Tabela 1), oriundos de diferentes áreas. Para fins de organização, cada estudante foi identificado por um número. Entre os participantes, havia uma travesti, duas pessoas não-binárias, uma mulher trans e um transmasculino. Quanto à raça/cor, três pessoas se identificaram como brancas e duas como negras. Em relação às áreas de estudo, três pessoas pertenciam à área da saúde e duas à área das humanidades, não havendo representação de estudantes da área das exatas.

Para facilitar a leitura do texto, as estudantes identificadas como 2 e 4, que são não-binárias e não possuem preferência por um pronome específico, serão referidas com pronomes femininos, conforme consenso estabelecido durante a atividade. A roda de conversa teve duração aproximada de uma hora e foi conduzida em um ambiente informal e acolhedor, propício para troca de experiências e reflexões sobre vivências no contexto universitário.

TABELA 1. Informações gerais sobre os participantes da roda de conversa.

Estudante	Gênero	Pronome	Raça autodeclarada	Área
Estudante 1	Mulher trans	Ela/Dela	Branca	Saúde
Estudante 2	Não-binária	Qualquer um	Branque	Humanidades
Estudante 3	Travesti	Ela/Dela	Negra	Humanidades
Estudante 4	Não-binária	Qualquer um	Branque	Saúde
Estudante 5	Transmasculino	Ele/Dele	Negro	Saúde

Durante a roda de conversa, diversos temas relevantes foram levantados pelos convidados, os quais serão detalhados a seguir. As discussões abordaram os seguintes tópicos:

1. **Acesso, Permanência e Relação com a Universidade:** examina os desafios e as estratégias vivenciadas por indivíduos trans, travestis e não-binários no processo de ingresso, permanência e convivência no ambiente universitário.
2. **Identidade, Autoafirmação, Saúde Mental e Segurança:** investiga os relatos e reflexões dos participantes sobre os momentos, experiências e contextos que marcaram o reconhecimento, a construção e a afirmação de suas identidades de gênero enquanto pessoas trans, travestis e não-binárias, bem como a interseção dessas vivências com questões de saúde mental e segurança no âmbito universitário e fora dele.

3. **Respeito e Inclusão no Ambiente Acadêmico:** aborda a relevância do reconhecimento pleno das identidades TTNB+ no contexto universitário, evidenciando as barreiras e os facilitadores para a sua realização.
4. **Coletividade e Luta Política:** destaca a necessidade da coletiva Cintura Fina como um espaço de acolhimento, apoio e articulação política dentro da universidade, ressaltando suas iniciativas e conquistas em prol da inclusão e do respeito à diversidade.
5. **Desafios Fora da Universidade: Mercado de Trabalho e Sociedade:** analisa os obstáculos enfrentados por pessoas trans e travestis ao transitar do contexto acadêmico para o mercado de trabalho e a sociedade em geral, discutindo as barreiras como a discriminação e a escassez de oportunidades.

Esses temas emergiram de maneira espontânea e bastante natural durante o diálogo, refletindo questões centrais e fundamentais para a vivência da comunidade TTNB+ no interior do ambiente acadêmico. Eles evidenciam não apenas os desafios significativos e complexos enfrentados por essa comunidade, mas também as diversas estratégias de resistência e a luta por direitos.

3.1 Acesso, Permanência e Relação com a Universidade:

Para alguns indivíduos, a transição para o ambiente acadêmico representa apenas mais uma fase da vida, que acontece sem muita reflexão, enquanto que para outros o significado é fundamentalmente distinto. A vivência universitária pode simbolizar uma oportunidade de ascensão social, como enfatiza a Estudante 1: “[...] vim de uma cidade do interior [...] a educação para mim sempre foi a escolha de mudar minha realidade social, minha e da minha família”. Esse depoimento evidencia a visão de uma aluna oriunda de contextos marginalizados, sendo que a universidade acarreta um peso de uma responsabilidade que envolve não apenas a estudante em si, mas a família também (Aguiar, 2020; Zago, 2006). O Estudante 5 declara: “Eu sou do interior de Minas Gerais [...] fiz um pré-vestibular”. Neste cenário, o acesso ao Ensino Superior vem com a passagem em um curso pré-vestibular, uma via potente para capacitar alunos de todo Brasil para o vestibular, e melhorar as chances de entrar na universidade (Sparta; Gomes, 2005).

A entrada de estudantes no ensino superior ocorre por meio de trajetórias amplamente variadas. A Estudante 2 observa: “[...] entrei na Universidade através de Ações afirmativas [para estudantes oriundos de escolas públicas] [...] a Universidade para pessoas LGBT em geral é um caminho para a gente transformar as nossas vidas”. Essa declaração ressalta a

importância das políticas de cotas no Brasil, estabelecidas pela Lei nº 12.711/2012 (BRASIL, 2012), que assegura a reserva de vagas para estudantes oriundos de escolas públicas, assim como para pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência. Tais políticas têm se mostrado fundamentais para a democratização do acesso ao Ensino Superior (Basso-Poletto *et al.*, 2019), funcionando como instrumentos de reparação histórica frente às desigualdades raciais e sociais estruturais que permeiam a história do país. Além de promover a diversidade no ambiente acadêmico, as ações afirmativas fomentam a construção de novos horizontes profissionais para aqueles que, anteriormente, eram invisibilizados pela lógica meritocrática excluente (Carneiro, 2005). Entretanto, o ingresso por meio das cotas não representa o fim dos desafios: pelo contrário, sinaliza o início de uma trajetória que frequentemente exige dos estudantes cotistas um esforço contínuo de legitimação, em um contexto ainda permeado por traços de elitismo e racismo institucional (Santana, 2021). Nesse contexto, a universidade se configura simultaneamente como um espaço de transformação e um campo de disputa simbólica.

O relato da Estudante 4 evidencia uma dimensão significativa, ao mesmo tempo desafiadora, em relação ao ingresso no Ensino Superior entre os estudantes de primeira geração universitária. Ela menciona: “[...] a educação também sempre esteve presente na minha vida através do incentivo como transformação [...] Sou a primeira pessoa da minha família a acessar o Ensino Superior”. Neste contexto, o papel do pioneirismo transcende a conquista individual, constituindo um marco simbólico e afetivo para toda a sua família.

O acesso à educação superior, embora fundamental, não assegura a inclusão duradoura (PENA *et al.*, 2020). As declarações dos entrevistados evidenciam que a universidade ainda apresenta lacunas significativas no acolhimento de estudantes trans. O Estudante 5 relata experiências de violência simbólica no ambiente universitário: “[...] eu vivenciei transfobia dentro da faculdade porque as listas de chamada ainda estavam com o nome morto, mesmo solicitando o uso do nome social”. Tal ocorrência perpetua um apagamento da identidade e ilustra como a burocracia na esfera acadêmica pode servir como um mecanismo de exclusão, conforme discutido por Lages *et al.* (2021) e por Bento (2014).

O acesso e a permanência no Ensino Superior configuram-se como tópicos fundamentais para a compreensão da função da universidade na promoção da equidade e da justiça social (Santos, 2008; Unesco, 2022). Além de sua missão de formação técnica e científica, a universidade desempenha um papel social relevante, enfrentando o desafio de mitigar desigualdades históricas e assegurando indivíduos de diversos perfis não apenas tenham a possibilidade de ingressar, mas também de permanecer e desenvolver um ambiente que seja inclusivo e transformador.

3.2 Identidade, Autoafirmação, Saúde Mental e Segurança:

A interação com outros indivíduos que se identificam como dissidentes se revela um elemento crucial para o processo de autoaceitação. Conforme observa a Estudante 2: “[...] eu entrei aqui achando que eu era só mais uma bixinha, e dentro dessa própria bixaria eu diria, eu me entendi uma pessoa dissidente de gênero”. Essa forma de reconhecimento da identidade, mediada pelo contexto social, sublinha a importância da coletividade na formação de subjetividades que desafiam as normas predominantes (Viana *et al.*, 2022).

A universidade pode ser compreendida como um espaço que promove tanto a descoberta quanto a inclusão, mas, simultaneamente, é percebida como um limite simbólico que proporciona uma sensação de segurança. A Estudante 1 menciona: “[...] o meu medo é sair da universidade e encarar a realidade lá fora, porque eu vejo muito a universidade como um local de refúgio”. Este testemunho ressalta a dissonância existente entre o ambiente acadêmico e as condições do mundo externo, onde a hostilidade e a violência direcionadas a indivíduos trans e travestis se manifestam de forma mais intensificada (Bento, 2008).

3.3 Respeito e Inclusão no Ambiente Acadêmico:

Conforme evidenciado anteriormente, o Estudante 5 mencionou que seu antigo nome civil foi indevidamente utilizado em uma lista de presença, apesar de sua solicitação para que fosse respeitado o uso do nome social. Tal inadequação institucional não apenas infringe um direito fundamental, mas também provoca uma exposição não intencional, passível de gerar sofrimento psicológico. Vale ressaltar que a UFMG possui uma resolução (09/2015) referente ao uso do nome social dentro da mesma, mostrando assim que há um movimento interno que tenta incluir as pessoas TTNB+ dentro da entidade, mas ainda assim apresenta erros dentro do sistema. Berenice Bento (2008) enfatiza que o nome atua como um dos principais instrumentos de controle e padronização dos corpos, e sua recusa pode ser considerada uma forma de violência simbólica. O relato supracitado exemplifica a invisibilidade das barreiras burocráticas e sociais enfrentadas por indivíduos trans e travestis, que frequentemente se veem na necessidade de reafirmar sua identidade. De acordo com Carmo *et al.* (2021), a aceitação e o reconhecimento do nome social são fatores cruciais para a construção da identidade dessas pessoas, contribuindo para a diminuição da sensação de marginalização e promovendo sua inclusão na sociedade.

Portanto, o ocorrido com o Estudante 5 evidencia a necessidade contínua de aprimoramento das políticas institucionais, a fim de garantir o pleno respeito ao nome social e evitar situações de violência simbólica e exclusão. Apesar dos avanços representados por resoluções como a da UFMG, falhas persistentes no sistema demonstram que a efetiva inclusão de pessoas trans e travestis ainda requer mudanças estruturais e maior sensibilização social. Como destacam Berenice Bento (2008) e Carmo *et al.* (2021), o reconhecimento do nome social é um passo fundamental para a afirmação identitária e a redução da marginalização, reforçando a importância de instituições educacionais liderarem esse processo de transformação e acolhimento.

3.4 Coletividade e Luta Política:

A Coletiva Cintura Fina, composta por discentes trans e travestis da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), ilustra a relevância de ambientes colaborativos. De acordo com as observações da Estudante 2: "[...] o coletivo *Cintura Fina* ele também é criação de um espaço acolhedor para a gente conseguir ter mais vontade de existir dentro da universidade". Tal contexto acolhedor revela-se fundamental para o fortalecimento da identidade e o desenvolvimento de uma rede comunitária solidária, oferecendo aos estudantes trans e travestis a oportunidade de trocar vivências, enfrentar desafios e elaborar estratégias de resistência.

A Coletiva Cintura Fina, além de um espaço de acolhimento, desempenha um papel crucial na articulação política dentro da instituição de ensino superior, com o objetivo de promover a implementação de políticas inclusivas. Conforme salienta a Estudante 4: "[...] vem com esse intuito também de buscar um local mais acolhedor e avançar com as pautas, temáticas, ocupando os espaços mesmo". O esforço desenvolvido por essa coletividade resultou em conquistas significativas, destacando-se a criação da primeira Comissão de Políticas de Permanência para Pessoas Trans e Travestis na UFMG. Segundo a mesma componente do grupo: "A gente conseguiu chegar até a Reitoria [...] e hoje se tem a primeira Comissão de Políticas de Permanência de pessoas trans e travestis dentro da universidade." Esses avanços evidenciam o potencial transformador da ação coletiva na promoção de mudanças institucionais significativas.

De maneira análoga, diversas instituições de ensino superior têm observado a constituição de grupos organizados voltados para questões trans que exercem funções comparáveis. No contexto da Universidade Federal do Paraná (UFPR), destaca-se o Coletivo Trans Gilda, que se dedica ao apoio e à formação de estudantes trans, além de formalizar

colaborações com o sistema judiciário com o objetivo de assegurar os direitos deste segmento (Maia, 2025).

A Coletiva Cintura Fina e outras iniciativas análogas exercem uma função essencial no fomento ao acolhimento, na valorização da identidade e na mobilização política de indivíduos trans e travestis no contexto universitário. Através da ação coletiva, tais grupos têm alcançado progressos consideráveis na efetivação de políticas inclusivas, favorecendo a edificação de uma instituição educacional mais justa e que respeita as diversas identidades de gênero.

3.5 Desafios Fora da Universidade: Mercado de Trabalho e Sociedade:

Apesar de possuírem uma formação acadêmica, indivíduos trans e travestis enfrentam barreiras significativas para a obtenção e manutenção de empregos formais. O preconceito, frequentemente manifestado de maneira sutil, ainda se faz presente nos processos de seleção e nos ambientes laborais. Conforme observado por Estudante 1: "*[...] meu medo mesmo é chegar para a realidade no mercado de trabalho [...] me apresentando como uma mulher trans e a vaga não ser minha, a vaga ser de uma mulher cis simplesmente por ela ser uma mulher cis*". A discriminação de gênero e o estigma relacionado às identidades trans ocasionam desvantagens competitivas que não podem ser justificadas por critérios técnicos, mas sim por preconceitos sociais (Nascimento, 2017).

Estudos demonstram que um número significativo pessoas trans enfrentam discriminação em ambientes de trabalho, o que resulta na sua exclusão do mercado de trabalho formal (Bento, 2017). Em virtude dessa marginalização, muitas dessas pessoas se veem forçadas a buscar alternativas por meio do trabalho informal ou da prostituição para garantir sua sobrevivência. A Estudante 3 relata a seguinte experiência: "*[...] para sobreviver, além da Universidade eu comecei a trabalhar com trabalho sexual*". Essa trajetória deve ser interpretada não como uma opção livre, mas sim como uma construção social causada pela falta de políticas públicas que promovam a empregabilidade inclusiva e pelo estigma que ainda persiste em relação às identidades de gênero trans (Nascimento, 2017).

Ainda que a formação acadêmica tenha possibilitado a inserção de indivíduos trans em diversas áreas profissionais, a transfobia permanece uma realidade presente. No setor da saúde, que envolve interações diretas com o público, observa-se uma considerável resistência à aceitação de profissionais trans. Conforme registrado pela Estudante 1: "*[...] de uma faixa de uns 13 pacientes, quando descobriram que iam ser atendidos por uma mulher trans, somente três deles voltaram*". A resistência de segmentos da sociedade em validar a legitimidade dos

profissionais trans representa um obstáculo significativo para a prática profissional e para o reconhecimento de suas habilidades. Essa declaração ilustra a profundidade do preconceito, que permeia a experiência profissional e impacta diretamente a percepção sobre si, mesmo após a conclusão de seus cursos. Tal situação ressalta o impacto psicológico da exclusão social, intensificando o sofrimento emocional e comprometendo a saúde mental dessa população (Fontanari, 2020).

4 CONCLUSÃO

Os participantes da pesquisa vieram de lugares diversos, sendo alguns da capital, outros do interior de Minas, e até de outro Estado. Antecedendo a entrada na faculdade, alguns estudantes entraram em cursos pré-vestibulares, tendo sido visto como essencial por alguns deles. Ingressar na universidade já estava em seus objetivos, mostrando o valor que é dado a essa instituição. E como qualquer experiência universitária, ela é constituída de momentos positivos e negativos. Mas o diferencial no caso dos entrevistados é que passaram por experiências semelhantes quando envolvia suas identidades de gênero. Além disso, passaram por violências que a maioria da comunidade acadêmica não experiencia. As universidades não são apenas locais de educação, mas também de reprodução de desigualdades históricas e estruturais, que dificultam a ascensão e a permanência de pessoas trans e travestis (Ramos, 2024). Mas no meio de toda complexidade que é ser uma pessoa dissidente de gênero, ainda assim é possível achar locais de segurança dentro de uma instituição historicamente elitizada, como foi o caso de uma das participantes.

A relação com a universidade pode despertar sentimentos ambíguos (Iazzetti, 2024). Da mesma forma que vimos a academia sendo um espaço de violência, como a exposição do nome morto de um dos estudantes na lista de chamada, também vemos ela sendo um local de maior segurança, comparado a fora da instituição. Como quase tudo construído e gestado por seres humanos, haverá aspectos positivos e negativos, sendo importante analisar todos os lados e não fazer generalizações apressadas sobre a realidade de uma comunidade. A universidade se mostra sim um ambiente mais seguro em certos pontos, como foi dito na roda de conversa. E ao mesmo tempo ela se mostra sim um ambiente repleto de barreiras, como foi dito sobre haver erros no sistema da universidade, podendo proporcionar momentos de constrangimento e invalideza (Iazzetti, 2024).

O ocorrido com a exibição do nome morto de um dos participantes quando adentrou a universidade mostra a importância da instituição verificar a eficácia de seus sistemas internos. Segundo o artigo 2º, parágrafos 1º e 2º, da Resolução nº 09/2015, de 07 de julho de 2015 da UFMG, a entidade assegura o uso de nome social dentro da mesma, mas mesmo assim apresenta erros no sistema cinco anos após a Resolução. A criação da Comissão de Políticas de Permanência para Pessoas Trans e Travestis mostra uma iniciativa da universidade em melhorar a experiência de pessoas TTNB+ em seus percursos acadêmicos. Movimentos assim foram conquistados com a pressão dos movimentos sociais, nesse caso a Coletiva Cintura Fina e o Diretório Central dos Estudantes (DCE). A união entre a direção da UFMG e de discentes de

diversos movimentos se mostra uma forma de promover mudanças significativas com o trabalho conjunto da comunidade acadêmica em si.

A instituição de ensino superior evidencia-se como um ambiente propício para acolher, fomentar a identidade e proporcionar uma formação crítica a indivíduos trans e travestis. Contudo, os obstáculos enfrentados por essa população transcendem os limites do contexto acadêmico, estendendo-se para a sociedade em geral e o âmbito do mercado de trabalho, onde se observa uma forte incidência de transfobia, tanto institucional quanto social. Dessa maneira, é imperativo que se elaborem e implementem, com urgência, políticas públicas voltadas para a empregabilidade, inclusão e a erradicação da transfobia, assegurando que a trajetória acadêmica desses indivíduos não seja comprometida por barreiras oriundas da exclusão e da discriminação.

Em relação às limitações do estudo, não houve como objetivo traçar e generalizar a realidade das pessoas TTNB+ dentro da UFMG, até porque não houve participação considerável de estudantes. Mesmo assim, é um pontapé inicial para que futuras pesquisas possam ser feitas e que a realidade dessa comunidade seja documentada e entendida dentro de todos seus nuances, permitindo assim que a Universidade assista melhor essa população.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Juno Nedel Mendes de. **Habitando as margens:** a patologização das identidades trans e seus efeitos no Brasil a partir do caso Mário da Silva (1949-1959). Orientador: Prof. Dr. Rogério Luiz de Souza. 2020. 179 p. Dissertação (Mestrando de História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

ALMEIDA, Heloisa Buarque de. Que pronome eu uso? Pessoas trans, nome social e a permanência na universidade. **Jornal da USP**, 2022. Disponível em: <https://jornal.usp.br/articulistas/heloisa-buarque-de-almeida/que-pronome-eu-uso-pessoas-trans-nome-social-e-a-permanencia-na-universidade/>. Acesso em: 5 jun. 2025.

ALMEIDA, L.; LACERDA, S. Exclusão da e na educação superior: os desafios de acesso e permanência para a população trans. **Educação e Políticas em Debate**, v. 11, n. 3, p. 10–28, 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BASSO-POLETTI, Daniela; EFROM, Cora; BEATRIZ-RODRIGUES, Maria. Ações Afirmativas no Ensino Superior: revisão quantitativa e qualitativa de literatura. **Revista Electrónica Educare**, v. 24, ed. 1, p. 1-34, 28 nov. 2019.

BENNETT, J.; BURTON, M.; DILLON, J. The right to space in higher education: Non-binary students navigating visibility and recognition. **International Journal of Inclusive Education**, v. 25, n. 6, p. 663–678, 2019.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo:** Sexualidade e gênero na experiência transexual. 3. ed. Salvador: Editora Devires, 2017. 252 p. ISBN 978-85-93646-07-2.

BENTO, Berenice. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. **Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 4, n. 1, p. 165-165, 2014.

BENTO, Berenice. **O que é transexualidade**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 2008. 222 p. ISBN 978-85-110-0124-2.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 28 nov. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais. **Resolução nº 12, de 16 de janeiro de 2015**. Brasília, DF, 2015.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 149, n. 168, p. 1, 30 ago. 2012.

BUENO, W.; BORGES, L. Travestis e transexuais nas universidades públicas: reflexões sobre o acesso e a permanência. **Revista Brasileira de Educação**, v. 28, e280020, 2023.

BUTLER, Judith. **Desfazendo o gênero**. São Paulo: Editora Unesp, 2022. 451 p. ISBN 978-65-5711-129-1.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARMO, B. C. M. do; FUMES, N. de L. F.; LIRA, W. P. de. Direito ao uso do nome social por estudantes transgêneros em contraposição ao poder familiar. **Educação**, [S. l.], v. 46, n. 1, p. e24/ 1–26, 2021. DOI: 10.5902/1984644440406. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reveducacao/article/view/40406>. Acesso em: 05 jun. 2025.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Orientador: Professora Doutora Roseli Fischmann. 2005. 339 p. Tese de doutorado (Doutoranda em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2005.

CRUZ, Tânia. Experiências escolares de estudantes trans. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 24, ed. 1, p. 115-137, 2016.

DIMENSTEIN, Gilberto. A república das minorias. In: SADER, Emir (org.). **Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe**. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 191–195.

FONTANARI, Anna *et al.* Gender Affirmation Is Associated with Transgender and Gender Nonbinary Youth Mental Health Improvement. **LGBT Health**, v. 7, ed. 5, p. 1-11, 2020.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2024. 431 p. ISBN 978-65-5548-007-8.

GOULART, Vincent; NARDI, Henrique. Vidas inimigas, necropolítica e interseccionalidade: da exclusão na educação ao suicídio/assassinato de pessoas trans. **Revista entreideias**, Salvador, v. 11, ed. 1, p. 15-38, 2022.

IAZZETTI, Brume Dezembro. FUTUROS TRANS* POSSÍVEIS?: Interseccionalidades e ambivalências no acesso e na permanência de pessoas trans* no ensino superior público brasileiro. **Sexualidad, Salud y Sociedad** (Rio de Janeiro), n. 40, p. e22207, 2024.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Transfobia**: Identidades de gênero e a patologização da diferença. Rio de Janeiro: EDUFRJ, 2012.

KRIPPENDORFF, Klaus. **Content analysis**: an introduction to its methodology. Thousand Oaks: Sage Publications, 1980.

LAGES, Vitor Nunes; DUARTE, Evandro Piza; ARARUNA, Maria Léo. “Gambiarras legais” para o reconhecimento da identidade de gênero?: as normativas sobre nome social de pessoas trans nas Universidade Públicas Federais. **Revista Direito Público**, Brasília, v. 18, n. 97, p. 697-729, 2021.

MACHADO, Kamyla. **Inclusão e Universidade**: uma análise a partir da perspectiva de discentes travestis e transexuais da Universidade Federal de Goiás. Orientador: Professora Doutora Maria do Rosário Silva Resende. 2021. 139 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação, Goiânia, 2021.

MAIA, Gabriel. Coletivo Trans Gilda leva causas da comunidade trans para dentro e fora da UFPR. **Universidade Federal do Paraná**, 2025. Disponível em: <https://ufpr.br/coletivo-trans-gilda-leva-causas-da-comunidade-trans-para-dentro-e-fora-da-ufpr/>. Acesso em: 5 jun. 2025.

MAYRING, Philipp. Qualitative content analysis. Forum: **Qualitative Social Research**, v. 1, n. 2, Art. 20, jun. 2000. Disponível em: <https://www.qualitative-research.net/index.php/fqs/article/view/1089>. Acesso em: 03 mai. 2025.

MELO, A.; SOBREIRA, L. A produção de sujeitos trans e o discurso médico-psicológico. **Revista Estudos Feministas**, v. 31, n. 1, e71614, 2023

MINAYO, Maria Cecília. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

NASCIMENTO, Letícia. **Transfeminismo**. São Paulo: Feminismos Plurais, 2017. 192 p. ISBN 978-65-87113-36-4.

PENA, Mariza Aparecida Costa; MATOS, Daniel Abud Seabra; COUTRIM, Rosa Maria da Exaltação. Percurso de estudantes cotistas: ingresso, permanência e oportunidades no ensino superior. **Avaliação**, Sorocaba, v. 25, n. 1, p. 27-51, jan. 2020.

PEREIRA, Ayla; ANDRADE, Vinicius. **Travestis e Transexuais no Ensino Superior**: uma revisão integrativa de literatura científica. 9a Edição do Congresso Pesquisar, Aparecida de Goiânia, GO, 2020.

PERES, Wiliam Siqueira. Cenas de Exclusões Anunciadas: travestis, transexuais, transgêneros e a escola brasileira. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (org.). **Diversidade Sexual na Educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. v. 32, cap. 10, p. 235-263. ISBN 978-85-60731-34-3.

RAMOS, Celiomar. **Corpos que (não) importam**: O acesso e a permanência de travestis, mulheres e homens transgêneros na UFMG. Orientador: Prof. Dr. Luis Antônio Bitante Fernandes. 2024. 110 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Cuiabá, 2024.

SANTANA, Vandeilton Trindade. Percepções e desafios de estudantes cotistas em curso de alto prestígio social da Universidade do Estado da Bahia. **Revista Em Favor de Igualdade Racial**, [S. l.], v. 4, n. 3, p. 188–199, 2021. DOI: 10.29327/269579.4.3-15.

SANTOS, Boaventura. A Universidade no Século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. In: SANTOS, Boaventura; FILHO, Naomar. **A Universidade no Século XXI**: para uma Universidade Nova. 2008. cap. 1, p. 13-106.

SANTOS, V. R.; CERQUEIRA-SANTOS, E. Avaliação de preconceito contra pessoas transgênero no ensino superior. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 25, n. 3, p. 239–248, 2021.

SARTORI, V. Educação, direitos humanos e políticas afirmativas: uma perspectiva crítica da inclusão da população trans. **Revista de Educação Pública**, v. 31, n. 77, p. 172–195, 2022.

SCOTE, Fausto. **Será que temos mesmos direitos a Universidade?** O Desafio do acesso e a permanência de pessoas transexuais no Ensino Superior. Orientador: Professor Doutor Marcos Roberto Vieira Garcia. 2017. 152 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2017.

SILVA, Fernando Guimarães Oliveira da. Discussões sobre necropolítica educacional de travestis-transexuais-transgêneros em Mato Grosso do Sul. **Revista Espaço Pedagógico**, Passo Fundo, v. 30, e15191, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5335/rep.v30i0.15191>.

SIQUEIRA, M. *et al.* Vivência de estudantes transgênero na universidade: desafios e estratégias. **Revista Psicologia e Sociedade**, v. 34, e022011, 2022.

SPARTA, Mônica; GOMES, William. Importância Atribuída ao Ingresso na Educação Superior por Alunos do Ensino Médio. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, São Paulo, v. 6, ed. 2, p. 45-53, dezembro 2005.

SPINK, Mary Jane. **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

STRYKER, Susan. **Transgender History**. Berkeley: Seal Press, 2008.

[UFMG]. **Resolução nº 09/2015, de 07 de julho de 2015**. Nome Social na UFMG. Disponível em: <https://www2.ufmg.br/drca/drca/Home/Graduacao/Nome-Social-na-UFMG>. Acesso em 06 jul. 2025.

UNESCO. **Reimaginar nossos futuros juntos**: um novo contrato social para a educação. Paris: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), 2022.

VAZ, A.; VAZ, M. Políticas de acesso e permanência para a população trans no ensino superior: experiências e desafios. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 3, n. 1, p. 13–30, 2020.

VIANA CP, DELGADO IM, ROSA A, NEVES VR, SIQUEIRA LD. A vivência de estudantes transgênero na universidade. **Acta Paul Enferm.**, 35:eAPE01966, 2022.